

TRABALHO, ALTERIDADE E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: a dialética entre reestruturação produtiva e organização social indígena nas frentes de expansão da agroindústria canavieira

GT18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Andrey Cordeiro Ferreira

Resumo

Este artigo apresenta elementos para a problematização da relação entre economia, trabalho e alteridade étnica e cultural. A proposição geral que iremos demonstrar com dados oriundos de pesquisa etnográfica é que a lógica de acumulação capitalista e as lógicas econômicas e culturais distintas podem se articular de formas extremamente complexas e contraditórias. A reestruturação produtiva fez com que um setor intensivo em trabalho passasse a ser intensivo em capital no seu processo de produção. Isso desencadeou uma série de efeitos de poder sobre a organização social indígena. No caso em questão iremos mostrar como, segundo os dados levantados com trabalhadores indígenas sobre o processo de trabalho nas Usinas e a organização do trabalho nas aldeias, o capitalismo flexível da agroindústria canavieira se defrontou com lógicas de reciprocidade indígena que produziram obstáculos à produção e acumulação capitalista e por isso tornaram-se alvo de estratégias de dominação.

Palavras –Chave Etnicidade; Trabalho; Reestruturação Produtiva

Introdução

Este artigo desenvolve algumas reflexões sobre a relação entre economia, trabalho e alteridade étnica e cultural. A proposição geral que iremos demonstrar com dados oriundos de pesquisa etnográfica é que a lógica de acumulação capitalista e as lógicas econômicas e culturais distintas podem se articular de formas extremamente complexas e contraditórias. No caso em questão, segundo os dados levantados com trabalhadores indígenas sobre o processo de trabalho nas Usinas e a organização do trabalho nas aldeias, o “capitalismo flexível” da agroindústria canavieira se defrontou com lógicas de reciprocidade indígena que produziram efeitos de obstaculização da produção e acumulação capitalista e por isso tornaram-se um problema e objeto de estratégias de dominação.

A pesquisa aqui apresentada foi realizada entre trabalhadores indígenas, assalariados rurais da agroindústria canavieira do Mato Grosso do Sul, onde desde o final dos anos 1970 ocorreu uma expansão da fronteira agrícola da cana-de-açúcar, movida pelo Próalcool. Esse processo levou a implantação de uma série de unidades agroindustriais em diversas regiões do estado e a criação de um sistema de recrutamento de mão de obra indígena no qual participam o Estado, através da FUNAI, lideranças indígenas e as empresas. Até o final da década de 1990 a agroindústria canavieira era pautada num modelo de uso intensivo de mão-de-obra, quando no início de 2000 começa um processo de reestruturação produtiva na região. Pretendemos então a partir da etnografia pensar o que significa ser um trabalhador (diferenciado étnica e culturalmente) no contexto da reestruturação produtiva e como esta condição e identidade estão profundamente vinculadas ao que é a dominação no processo de trabalho.

1 – A agroindústria e as relações interétnicas: determinismo do capital e agência dos trabalhadores

Iremos aqui fazer uma rápida descrição do campo social no qual realizamos nossa pesquisa. O estado do Mato Grosso do Sul localizado na região Centro-Oeste do Brasil, possui fronteiras com importantes estados produtores do agronegócio (como Paraná e São Paulo) e também com importantes fronteiras territoriais e fluviais internacionais, além de estar ligado a diversos portos e economias por rotas ferroviárias e rodoviárias. Essa situação é o resultado de um processo de integração na economia mundial contemporânea que se aprofundou a partir da década de 1970, como parte da expansão da fronteira agrícola.

Do ponto de vista das relações interétnicas, o Mato Grosso do Sul tem sido historicamente um caso destacado. No século XIX e início do século XX foi palco de guerras contra povos indígenas e de iniciativas pioneiras de política indigenista, como a Comissão Rondon. Recentemente, a descoberta do Relatório Figueiredo mostrou como no Mato Grosso do Sul os índios eram objeto de uma estrutura de poder autoritária e repressora durante todo o século XX, com expropriações violentas que antecederam e acompanharam a expansão da fronteira agrícola. Essa situação perdurou até as décadas de 1990, quando os índios Terena e Guarani voltaram a chamar a atenção para os conflitos territoriais envolvendo indígenas e as relações de super-exploração nas Usinas da Agroindústria, expressas nas diferentes denúncias de trabalho escravo.

Os Terena ao longo do século XX ocuparam a posição de um campesinato étnico que ocupava microterritórios resultantes de um processo de formação das fazendas e expropriação. Esse campesinato mantinha diferentes formas de relação com a terra (o domínio corporado mediado pelo Estado, no caso das reservas indígenas, mas também formas de parceria, arrendamento e uso clandestino) e de assalariamento (como peões e trabalhadores braçais temporários e precários nas fazendas). Mas a partir de 1978 dois processos se combinaram: a intensificação da expropriação territorial com o cercamento efetivo das fazendas seguida do desmatamento provocado pelo avanço da fronteira agrícola, com a restrição de formas como a parceria ou uso clandestino. É nesse momento que um movimento de recrutamento coletivo de força de trabalho indígena se inicia, através do Proálcool que irá direcionar um fluxo organizado de trabalhadores indígenas para a produção agroindustrial.

No período de implantação do Proálcool e seu apogeu (1978-1990), existia um padrão tecnológico inferior ao atual (baixo uso de capital) e relações de trabalho precárias e flexíveis (inexistência de carteira de trabalho, fiscalização e direitos trabalhistas, bem como inexistência de controle sobre a jornada de trabalho). Mas por outro lado não existia um grande controle sobre os trabalhadores indígenas, que tinham também condições de burlar e fugir do trabalho e ao mesmo tempo fazer certas manipulações do processo de trabalho (como as quantidades produzidas). O segundo período, de crise e extinção do Proálcool (1990-1999), com início dos movimentos de contratualização e intervenção do Estado (nesse período é criada no âmbito do Mato Grosso do Sul a Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho) por meio de intervenções do Ministério Público do Trabalho, o que produz várias consequências: são exigidas garantias trabalhistas e colocadas multas sobre as empresas, o que leva a várias empresas à falência; para tentar fugir a essa regulação, as empresas iniciam a utilização de força de trabalho nordestina para substituir indígenas. O terceiro período (1999-2004) é o do “boom” do etanol no Brasil e inicia-se um processo de expansão da produção de cana e também de reestruturação produtiva, com a introdução de novos sistemas de produção e tecnologias. O último período (2004/20014) é da vigência simultânea da contratualização e mecanização, em que é criado o “pacto do trabalhador indígena” (um acordo do Ministério Público do Trabalho com empresas do setor) para proteção dos direitos indígenas, mas ao mesmo tempo é criada uma nova regulação ambiental que obriga a mecanização, combinada com campanhas diversas de incentivo a eliminação do trabalho indígena e do combate à escravidão.

Podemos dizer que esta situação é extremamente complexa, pelo menos em dois sentidos. Do ponto de vista da economia política, a reestruturação produtiva iniciada no período do boom do etanol marca a convergência de uma estratégia do capital de eliminar o trabalho com uma estratégia do Estado de

“proteção” e “contratualização” das relações de trabalho que acaba aumentando o custo da mão de obra e conseqüentemente reforçando a tendência de mecanização. Por outro lado, setores da sociedade civil e igreja, articulados dentro da Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho do Mato Grosso do Sul elaboram uma campanha de proteção dos trabalhadores indígenas que entendem que eliminar os postos de trabalho é a melhor estratégia para acabar com a superexploração. Por isso, há uma convergência de interesses e discursos para realizar a reestruturação produtiva. Formou-se uma espécie de consenso em torno da positividade da reestruturação produtiva, que seria assim uma forma de melhorar a relação com o meio ambiente (com a mecanização da colheita e eliminação da queimada) e as relações de trabalho (eliminando os próprios postos de trabalho precários). Esse consenso precisa ser problematizado.

Quando consideramos os discursos sobre a reestruturação produtiva, podemos observar duas tendências. Como no caso do Mato Grosso do Sul, existe uma convergência em torno do caráter positivo dessa reestruturação produtiva. A teoria sociológica normalmente enfatizou a dimensão da dominação e o caráter fatal da reestruturação produtiva sobre as relações de trabalho, enfatizando o impacto desorganizador do desemprego e das formas de subjetividades produzidas no âmbito toyotista e precários de trabalho. Por outro lado, o discurso dominante entre os atores sociais caminha na mesma direção fatalista, só que enfatizando o caráter progressista da reestruturação produtiva: esta promoveria uma melhoria das condições ambientais e de vida e trabalho dos segmentos étnicos (como os povos indígenas), e nesse sentido a reestruturação produtiva é vista como inevitável e desejável. Pretendemos questionar essa premissa da fatalidade, mostrando que nem a reestruturação produtiva é apenas um modo de racionalização dos custos ambientais e trabalhistas, nem expressão da supremacia do capital e de um determinismo tecnológico que não percebem as contra-tendências que emergem pela resistência cotidiana informada culturalmente nos locais de trabalho.

Pretendemos aqui recuperar os pontos de vista indígena sobre o trabalho e as relações de exploração, sobre a reestruturação produtiva (e os processos de mecanização e contratualização) para demonstrar como estes processos econômicos produzem efeitos de poder, mas existem também formas de resistência cotidiana aos processos de exploração que antecedem os diferentes momentos e nos ajudam a ver a complexidade dessas questões para além da supremacia e determinação do capital. Existindo relações de dominação e exploração, estas nunca se realizam eliminando as reações dos trabalhadores como é o caso com trabalhadores indígenas.

2. A reestruturação produtiva de pontos de vista indígenas: negociação e conflito entre referências culturais e políticas

A expansão da fronteira agrícola no final dos anos 1970 e o desenvolvimento capitalista agroindustrial tiveram como efeito à constituição de uma complexa dialética entre a organização social indígena e o processo de produção capitalista na agricultura. Os índios do Mato Grosso do Sul, especialmente Terena e Guarani, em razão da expropriação que acompanhou o processo, passaram a ter no trabalho assalariado na agroindústria sua principal fonte de reprodução social. Dessa maneira, um primeiro aspecto que devemos levar em consideração é a forma dessa interdependência.

O sistema de recrutamento de trabalho entre 1978 e 2013 não se alterou muito. Ele é baseado em três categorias: 1) o empregador capitalista; 2) os intermediários, dentre os quais existem o intermediário ligado a empresa chamado “Gato” e os intermediários do Estado, os indigenistas da FUNAI (os “chefes de posto”); 3) os caciques indígenas, que são as autoridades responsáveis por assinar os contratos em nome das “comunidades indígenas” e os “cabeçantes”, que são líderes das turmas de trabalho indígena. O cacique tinha o poder de indicar os trabalhadores e fazia isso com base em relações de parentesco e aliança.

Ao mesmo tempo em que a agroindústria demandava força de trabalho indígena, criou-se uma relação de dependência de duas formas dentro das aldeias: a dependência das famílias dos postos de trabalho como fonte de reprodução social; a dependência do cacique de da empresa, já que a competência no gerenciamento desses postos de trabalho e sua distribuição, bem como dos recursos do chamado “caixa comunitário” (é um fundo composto por uma contribuição de cada trabalhador e da empresa, que poderia somar alguns milhares de reais por cada turma e que ficava sob o controle do cacique) passou a ser um critério fundamental para a legitimidade do poder do cacique. Essa dupla dependência, econômica das famílias e política da liderança, fez com que as relações de trabalho tronassem-se o centro da dinâmica política e social das aldeias em múltiplos aspectos.

Essa situação é fundamental para entendermos os pontos de vista e as estratégias indígenas ante o processo de reestruturação produtiva. Iremos aqui analisar dois processos inter-relacionados. O primeiro deles foi à eliminação de trabalhadores indígenas Terena dos postos de trabalho entre 1998 e 2002, não em razão da reestruturação produtiva, mas da baixa produtividade e dos problemas de disciplina do trabalho dos índios Terena (que foram sendo substituídos por índios Guarani). O segundo processo se deu entre 2004-2010, de recolocação dos trabalhadores Terena em determinadas empresas, exatamente no momento em que os órgãos de proteção e as empresas estavam envidando todos os esforços no sentido de eliminar os Terena e demais índios desses postos de trabalho. Como veremos pelos relatos de alguns “cabeçantes” tanto no primeiro processo, quando no segundo, existiam estratégias indígenas quanto fatores culturais que foram determinantes para o processo¹.

Segundo o indígena Dejanour hoje um dos principais cabeçantes Terena do município de Miranda, quando ele começou em 2002-2003 na Usina Santa Helena, existiam 15 turmas de Guarani e só uma de Terena. Foi ele que a partir de então começou a organizar mais turmas e introduzir os demais cabecantes, distribuindo o trabalho ao invés de pensar em ganhar mais centralizando maior número de turmas. Por outro lado ele disse “ *“os trabalhadores de Lalima não tem ambição, não liga para o trabalho e para o ganho”*”.

Durante o período de implantação e crise do Próalcool, o padrão tecnológico e o modelo produtivo davam margens à indisciplina no trabalho. O próprio relato de Dejanour é emblemático: ao se referir aos índios de sua aldeia de origem, ele afirma categoricamente que eles não ligam para o trabalho e para o “ganho”. Dejanour e outros cabeçantes nos relataram a existência de três problemas principais: 1) a luta em torno do controle da produção do trabalhador individual, já que quando a produção era medida manualmente os índios podiam manipular os resultados e aumentar sua produção individual; 2) a luta em torno da execução do trabalho, de maneira que eram freqüentes problemas de abandono e indisciplina no trabalho (especialmente consumo de bebidas, permanência ociosa no barracão e fuga para cidade em busca de mulheres); 3) a luta pelo poder de “seleção” dos trabalhadores, que causava os dois primeiros, já que o cacique Terena montava a lista dos trabalhadores e indicava os cabeçantes, tendo as empresas pouco ou nenhum controle sobre a seleção.

Existe então um choque de percepções. Enquanto que no período de criação e crise do Próalcool a imagem construída pela intervenção dos órgãos de fiscalização e especialmente pelas denúncias dos grupos de estudos e fiscalização da Igreja e Ministério do Trabalho como “trabalho escravo”, na narrativa e a perspectiva indígena esse mesmo período é visto a partir de uma ótica diferenciada. Ao mesmo tempo em que falam de forma a ressaltar as duras condições de trabalho (especialmente de alojamento), essa época é considerada como de maior oferta de emprego, maior possibilidade de controle da produção e logo maiores possibilidades de diminuir a exploração através de mecanismos de controle direto sobre o processo produtivo. Uma multiplicidade de formas eram empregadas para tal

¹ Estamos utilizando como fontes para essa três depoimentos de diversos depoimentos de trabalhadores e cabeçantes, além da observação em algumas usinas e cidades do Mato Grosso do Sul. Além desses depoimentos a análise morfológica e genealógica das diferentes aldeias assim como, análise de vasta documentação dos Postos Indígenas e também da Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho no Mato Grosso do Sul.

finalidade tais como: a) formas de medição das linhas dentro da quadra, de maneira que a execução da tarefa do corte influenciava diretamente no ganho de produtividade e também a intensidade de esforço físico. O fiscal quase não acompanha os trabalhos na roça. Hoje a fiscalização é mais intensiva e eles controlam a qualidade e até a quantos centímetros do chão a cana deve ser cortada. “*É tudo por computador agora*”, relata um indígena, frase que indica exatamente uma forma muito específica de introduzir controle sobre os processos de produção e retirar dos trabalhadores o controle não somente sobre a tarefa, mas especialmente sobre o tempo/ritmo de sua execução e também da área (pedaço de terra específico dentro da fazenda) sobre a qual o trabalhador vai exercer as atividades. Os índios Terena tinham estratégias para burlar a exploração, manipulando os dados sobre produtividade, abandonando o trabalho ou trabalhando menos que o esperado.

Aqui é necessária uma observação sobre como a organização social e cultural específica dentro da aldeia condicionou esse processo. O foco está na relação do cacique como líder e distribuidor de bens. Como os caciques Terena em geral são escolhidos por meio de eleição, isso gera um interessante sistema de relações políticas e econômicas. O cacique precisa de votos. Muitos indígenas, como não têm terra, precisam de emprego. Os “empregos” gerados na relação Índios-Estado-Empresa entram nas aldeias então como um tipo de “dom”, juntamente com o “voto”. Assim, o voto na eleição de cacique era um “dom” pelo qual se esperava não uma troca direta, mas um “contra-dom” que passou a ser o “emprego” ou posto de trabalho na Usina. Essa relação de reciprocidade fazia com que as redes de apoio político do cacique tivessem acesso regular aos postos de trabalho. Como o poder do cacique dependia da sua reputação como bom líder frente à comunidade, o que significava atender a um número grande de obrigações. Ou seja, o cacique queria distribuir entre um número cada vez maior de pessoas os empregos, de maneira que os trabalhadores tinham de fazer uma espécie de “rodízio”, dificilmente indo os mesmos trabalhadores mais de uma vez no ano para o trabalho no corte da cana.

A consequência é que essas relações de reciprocidade combinada com as formas de resistência cotidiana à exploração no local de trabalho levavam a uma baixa produtividade do trabalho. Aqui a questão da rotatividade dos cabeçantes e trabalhadores se torna um elemento fundamental. Em Cachoeirinha, segundo Dejanour existia uma lista de cabeçantes para poderem assumir os contratos, de maneira que o cacique fazia um compromisso com essas pessoas e redistribuía em rodízio os cargos para que cada um conseguisse obter o seu ganho. Ou seja, a organização social indígena e a cultura específica, combinadas com formas de resistência informal e cotidiana, comprometeram o processo de acumulação capitalista e motivaram a redução do uso de força de trabalho Terena em determinadas empresas no final dos anos 1990, mesmo antes da reestruturação produtiva.

Mas ao mesmo tempo outros traços dessa organização social e cultural possibilitaram uma transformação desse padrão. No caso, a organização segmentar-faccional (em unidades territoriais e de parentesco) fez com que o cargo de cacique fosse sempre objeto de uma luta entre facções que exerciam o poder de forma monopólica. Dessa forma, essas relações de reciprocidade não abrangiam todos os segmentos das aldeias e comunidades Terena e várias lideranças e grupos domésticos eram insatisfeitos com esse arranjo. Foi nesse conflito estrutural que os novos cabeçantes começaram a surgir, como Dejanour e passaram a apelar para a necessidade de aumentar o profissionalismo e a disciplina do trabalho para poder aumentar o espaço dos trabalhadores Terena dentro das Usinas. Pelo relato de Dejanour, entre 2003-2004 os índios Terena não estavam sendo contratados pelas Usinas. Foi o seu trabalho como cabeçante que permitiu essa relação fosse sendo construída e que dependeu do bom contato com um “Gato”, com o qual ele estabeleceu uma relação de confiança e colaboração. Por outro lado, nem todas as Usinas conseguiam capital para realizar a mecanização e por isso continuar usando força de trabalho indígena era essencial, como foi o caso da Usina Santa Helena. O fato é que os índios tinham interesse em aumentar o número de empregos e a Usina em manter a força de trabalho indígena.

A partir de então Dejanour enquanto cabeçante estabeleceu uma relação com uma facção da aldeia Cachoeirinha e indicou um grupo de 4 irmãos para irem para a mesma Usina como cabeçantes. Segundo o seu relato, existe uma correspondência entre a expansão do número de turmas de trabalhadores indígenas na Usina Santa Helena e a reconfiguração do poder dentro das comunidades locais dentro de Cachoeirinha. Entre 2002-2004 os Terena estavam em “extinção” dentro da Usina Santa Helena. Nessa época eram 15 turmas de trabalhadores Guarani, 2 de nordestinos e apenas uma de trabalhadores Terena. Esse processo foi sendo modificado em função tanto do comportamento dos Terena, que passaram a zelar pelo aumento da produtividade, manter a disciplina no trabalho. O que aconteceu foi extremamente importante. Para garantir o abastecimento de força de trabalho indígena e a produtividade dentro da empresa, ao mesmo tempo mantendo os postos de trabalho para os índios Terena, uma aliança entre o a Empresa, o Gato e certas lideranças se fez para derrubar o sistema de poder do cacique e a lógica de reciprocidade que operava no recrutamento de trabalhadores e a implantação de novos caciques que garantissem que a empresa teria o poder de seleção e recrutamento, junto com os cabeçantes. Isso fez com que uma série de facções que estavam alijadas do poder nas aldeias conseguissem tomar o cargo de cacique desde que aceitando o poder da empresa sobre o processo de recrutamento.

Isso se deu da seguinte maneira. Dejanour, o cabeçante mais antigo da Usina Santa Helena, progressivamente conseguiu introduzir um grupo de cabeçantes que multiplicou o número de turmas de trabalhadores Terena entre 2003 e 2006. Enquanto diversas Usinas estavam eliminando postos de trabalho indígena, a Usina Santa Helena manteve os níveis de trabalhadores e mesmo aumentou em certos períodos. Ele articulou um grupo de cabeçantes na aldeia Cachoeirinha, todos eles irmãos e membros de uma importante parentela, com poder político na aldeia, mas que não conseguia eleger o cacique desde meados dos anos 1980. Assim no ano de 2006 uma luta política entre esse novo grupo de cabeçantes que foi sendo instituído em torno de Dejanour, que apoiou um candidato a cacique que era irmão dos cabeçantes de Cachoeirinha. Segundo as informações de moradores locais o mesmo aconteceu em Passarinho outras aldeias do município de Miranda. Desse modo, a empresa estabeleceu através da aliança com esse grupo de cabeçantes o poder sobre o processo de contratação. No caso, existia um conflito político prévio que se expressava na luta pela sucessão do cargo de cacique dentro das aldeias Terena e que vai repercutir em Cachoeirinha, Passarinho e também Lalima. O acordo previa que a empresa teria garantido que os mesmos cabeçantes e trabalhadores assumiriam diversos contratos ao longo do ano, que estes teriam uma produtividade mínima e observariam regras de disciplina no processo de trabalho.

Do ponto de vista desses cabeçantes Terena, foram eles que construíram esse espaço através de iniciativas individuais, expressando a sua demanda por manter os empregos. Podemos observar alguns elementos significativos então nesse processo. O choque entre duas demandas diferentes: o controle e lógica de redistribuição do poder do cacique dentro da aldeia, que distribuía os cargos de cabeçante e empregos de forma itinerante na sua “base política” e os interesses da empresa de elevar a produtividade do trabalho, já que esse sistema de reciprocidade na aldeia prejudicava a acumulação de capital dentro da empresa. Assim, em 2006, ocorreu um movimento liderado pelos cabeçantes e certas famílias dentro de Miranda para garantir a retomada do poder por caciques que garantissem a estabilidade dos cabeçantes e das turmas, de maneira a aumentar a produtividade do trabalho. Além disso, temos uma importante contradição entre duas visões da flexibilidade. A “flexibilidade” do trabalho, característica da organização toyotista que é induzida pelas empresas capitalistas se chocou com uma flexibilidade gerada pela forma de reciprocidade indígena nas quais os postos de trabalho se inseriam como “dom”, imposta por suas obrigações e forma específica de organização social. Esse choque obrigou uma empresa em particular a modificar sua estratégia, investindo no sentido de estabilizar a força de trabalho e restringir essa flexibilidade o que possibilitou que facções que antes tinham perdido seu espaço político retomassem em grande medida esse espaço não mais por alianças

com outro grupo, mas pela aliança específica estabelecida com a empresa capitalista. Assim, a estratégia indígena de redistribuição dos recursos e postos de trabalho entrou em choque com a empresa capitalista, choque de duas racionalidades distintas, mas que se manifestou também pelo controle monopólico que foi estabelecido por uma dessas facções e possibilitou então um arranjo específico de trabalho dentro da área.

Os índios Terena passaram a ter como objetivo ocupar postos de trabalho na agroindústria. Para alcançar isso foi preciso modificar aspectos do processo de trabalho e da relação tradicional entre os caciques indígenas, os cabeçantes (responsáveis pelas turmas de trabalho dentro das usinas) e os trabalhadores indígenas e suas aldeias. Essa mudança implicou numa quebra do poder do cacique, que perdeu o poder de indicar os trabalhadores. Assim a reestruturação produtiva teve efeitos dialéticos sobre a organização social indígena e por outro lado, essas formas questões da organização social indígena eram fundamentais para o processo de produção capitalista. Podemos concluir enfatizando que os indígenas Terena vêem a sua permanência nos postos de trabalho como uma conquista e uma adaptação de conduta. Eles terem mantido os postos de trabalho é hoje visto como uma aquisição dessa adaptação e mudança de conduta, especialmente a adoção de uma disciplina de trabalho. Ao mesmo tempo, apesar de vivenciarem a exploração, eles não consideram que a simples eliminação dos postos de trabalho é um fato positivo e tentaram contornar o máximo possível o desemprego gerado pela reestruturação produtiva e pela reação da empresa às contradições geradas pela sua forma cultural de vivenciar o processo de trabalho.

3. Considerações finais: concentração de capital, proletarização e reestruturação produtiva

Os dados da pesquisa nos permitem formular alguns problemas. O primeiro deles diz respeito a uma tese geral que orienta muitas pesquisas e abordagens, a tese da concentração de capital (com a conseqüente polarização dicotômica das classes sociais, proletarização x aburguesamento) e/ou a tese da modernização econômica, que apesar de partirem de diferentes referências teóricas, tenderam a considerar que o processo de desenvolvimento capitalista e/ou revoluções tecnológicas eliminariam do processo de produção como fatores ordenadores a diversidade étnica e cultural, bem como consideram o trabalho como um pólo determinado e o capital como determinante. O que podemos demonstrar a partir da etnografia é que mesmo no limiar da expropriação e sob intensas formas de proletarização e superexploração, a organização social e cultura indígena continuaram operando para formar as reações dos trabalhadores indígenas e marcar a especificidade da sua inserção no processo de produção capitalista. Ou seja, o trabalhador indígena não é apenas determinado pela exploração e reestruturação produtiva, mas é também determinado pelas contradições internas do seu grupo étnico e pelos critérios culturais de interpretação das obrigações econômicas e estratégias de reprodução social e resistência cotidiana.

Por outro lado, os indígenas Terena dentro do processo de produção capitalista também desenvolvem estratégias de resistência informal à exploração tipicamente fabris. A lentidão ou abandono do trabalho, a manipulação dos dados de produtividade, e a solidariedade (realização coletiva de tarefas individuais) foram formas empregadas para combater o processo de exploração desde as primeiras fases de sua inserção na força de trabalho agroindustrial. A identidade étnica não impede essas estratégias, mas direciona a sua prática para dentro do próprio grupo étnico. Assim, se a reestruturação produtiva expressa o poder estrutural do capital como ação, não podemos abstrair as estratégias dos dominados, que manipulam os processos de produção e burlam a exploração através de diferentes técnicas de resistência cotidiana e essa reação depende de formas de organização social e cultural. A identidade étnica se apresenta, entretanto como um fator fundamental para o processo de produção, já que a divisão entre Terena, Guarani e depois “nordestinos” marcou não somente diferentes regimes de trabalho, mas diferentes redes e formas de solidariedade no processo de trabalho. Essas

questões mostram que o grupo étnico coloca problemas específicos a expansão do capitalismo e também a análise da consciência do trabalhador e da própria formação das classes sociais.

Para pensarmos e entendermos a identidade e formas de ação e consciência dos trabalhadores sob as condições de reestruturação produtiva devemos levar em consideração: 1) uma descrição não somente do trabalhador individual, mas do contexto sociopolítico e as unidades a que pertencem (grupos étnicos, domésticos, unidades territoriais urbanas ou rurais) e suas formas de organização social e cultural; 2) as ações formais e informais, não somente as ações coletivas públicas de resistência, mas também as diversas formas de resistência cotidiana à exploração no local de trabalho; 3) os conflitos e negociações que se estabelecem entre o capital e os grupos dominados, que podem apresentar antagonismos e formas de cooperação como vimos no caso em questão.

O capitalismo se expande se confrontando com lógicas culturais diferenciadas e para confrontá-las diferencia si próprio, no sentido que usa de estratégias diferenciadas, como lutar para modificar a estrutura de poder dentro das aldeias. Apesar das formas de contratação serem precárias, temporárias e flexíveis o capital se apoderou do fator trabalho (em particular do trabalho indígena) não somente através da precarização, mas da contratualização, da extensão do poder para o âmbito das aldeias e também pela eliminação de uma flexibilidade “imposta de baixo”, que ele não controla. Por fim, a alteridade étnico-cultural pode se reproduzir em aspectos significativos nos interstícios de uma ostensiva e agressiva estrutura de dominação e exploração. É preciso então dar a devida atenção aos dados concretos que podem se colocar de forma variada e sutil.

Referencias Bibliográficas

Feldman-Bianco, Bela ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS –Métodos. Global Editora, São Paulo, 1987.

Cohen, Percy. “*Economic Analysis and Economic Man: Some Comments on the Controversy*”. IN: Firth, Raymond. *Themes in Economic Anthropology*. Tavistock Publications Limited, 1967.

Colson, E. Migration in Africa: trends and possibilities. IN: Wallerstein, Immanuel Maurice. *Social Change: The Colonial Situation*. John Wiley & Sons Inc; 1st Ed. Edition 1964

Frankenberg, Ronald. “*Economic Anthropology: One Anthropologist's View*” IN: Firth, Raymond. *Themes in Economic Anthropology*. Tavistock Publications Limited, 1967.

Firth, Raymond. “*Themes in Economic Anthropology: a General Comment*” IN: Firth, Raymond. *Themes in Economic Anthropology*. Tavistock Publications Limited, 1967.

Godelier, Maurice. “A Antropologia Economica”. IN: Copans, Jean, Godelier, Maurice ET. All. *Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?* Edições 70, Lisboa, 1971.

Harris, M. Labor Emigration among the Moçambique Thonga: Cultural and Policital Factors. IN: Wallerstein, Immanuel Maurice. *Social Change: The Colonial Situation*. John Wiley & Sons Inc; 1st Ed. Edition 1964

LEACH, Edmund Sistemas políticos da Alta Birmânia. São Paulo, Edusp, 1996 [1954] p. 307-319.

Malinowski, B. Malinowski, B. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Os Pensadores, Editora Abril, São Paulo, 1976.

Mayer, Adrian A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: Feldman-Bianco, Bela (org) Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo, Global (1987)

POLANYI, Karl – El sistema económico como proceso institucionalizado . In: Godelier, Maurice. Antropología y economía. EDITORIAL ANAGRAMA, BARCELONA, 1976. (Original: *The Economy as an Instituted Process*. In: Polanyi, K. et al. - *Trade and Market in the Early Empires*. New York, The Free Press, 1957. pp. 239-157

Santos, Edmilson Moutinho, Fagá, Murilo Tadeu Werneck, ; Barufi, Clara Bonomi; Poulallion, Paul Louis. “Gás natural: a construção de uma nova civilização”. Estudos. Avançados. vol.21 no.59 São Paulo Jan./Apr. 2007

Skinner, E. P. Labor Migration and Its Relationship to socio-cultural change in Mossi Society. IN: Wallerstein, Immanuel Maurice. Social Change: The Colonial Situation. John Wiley & Sons Inc; 1st Ed. edition 1964

Wolf, Erick. “Introdução” e “Modos de Produção”. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo, Edusp. 2009

WHITE, Leslie. “The Evolution of Culture”. In: Hammond, P. B. (ed.). Cultural and Social Anthropology. Selected Readings. New York: Macmillan, 1964, p. 406-426.